

TRABALHO, CORPO E VIDA DAS MULHERES

UMA LEITURA FEMINISTA
SOBRE AS DINÂMICAS DO CAPITAL
NOS TERRITÓRIOS

Trabalho, corpo e vida das mulheres – uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios

Publicação da SOF
www.sof.org.br
sof@sof.org.br
(11) 3819-3876

Redação
Maria Fernanda
Marcelino, Nalu Faria e
Tica Moreno

Projeto gráfico e diagramação
Caco Bisol

Impressão
Pigma

Tiragem
1 mil exemplares

Apoio para essa publicação
Fundação Heinrich Böll

São Paulo, dezembro de 2014.

Esta obra foi licenciada com uma Licença  **Creative Commons – Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil**. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

SUMÁRIO

3 Apresentação

5 Contribuições da economia feminista

Desenvolvimento e desigualdade

Divisão sexual e internacional do trabalho no neoliberalismo

Questionar o sentido do desenvolvimento

Propostas da economia feminista: a sustentabilidade da vida

11 O avanço do capital sobre os territórios

A mineração no Brasil

Do Consenso de Washington ao Consenso das Commodities

A reorganização dos territórios

Em defesa da água, as mulheres resistem ao avanço da mineração no Norte de Minas Gerais

A mineração e a vida das mulheres

As mulheres atingidas por barragens

23 A mercantilização do corpo e da vida das mulheres

Prostituição no contexto das grandes obras

Prostituição em Altamira

Tráfico de mulheres

Turismo sexual

A prostituição como parte do turismo de negócios em São Paulo

A “economia” da prostituição – o circuito da prostituição no Rio de Janeiro e em São Paulo

O turismo sexual do contexto da Copa do Mundo

O argumento da “racionalidade econômica” para naturalizar a prostituição

A atualidade do debate sobre a prostituição no Brasil

O acesso dos homens aos corpos das mulheres

37 Alinhavando reflexões para seguir o debate

APRESENTAÇÃO

Esta publicação tem como objetivo apontar desafios para a elaboração e ação feministas frente ao atual modelo de desenvolvimento. A reflexão proposta procura ir além da identificação dos impactos negativos que o atual modelo produz na vida das mulheres, buscando demonstrar como este recorre à sua dimensão patriarcal como um mecanismo para seu fortalecimento.

Organizamos o texto a partir de três blocos principais, tendo como referências a economia feminista e os acúmulos da crítica feminista à mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Assim, o primeiro bloco reúne elementos de uma perspectiva feminista sobre os processos de desenvolvimento, o segundo apresenta um olhar sobre o avanço do capital sobre os territórios, a partir da mineração e da construção de hidrelétricas, e o terceiro bloco busca atualizar o debate sobre mercantilização do corpo, tendo como foco a prostituição.

As reflexões sobre a prostituição que apresentamos neste texto são complementares à cartilha publicada pela SOF em 2013. Buscamos, aqui, explicitar os vínculos da prostituição com as grandes obras e revelar os circuitos estabelecidos da prostituição, particularmente o turismo sexual, evidenciado no contexto da Copa do Mundo no Brasil.

No processo de reflexão e elaboração desta publicação, além da revisão bibliográfica sobre os temas, a SOF realizou entrevistas e oficinas em conjunto com organizações que tem atuado ativamente na resistência ao avanço do capital sobre os territórios e junto à mulheres em situação de prostituição. Entre 2013 e 2014, realizamos, em São Paulo, entrevistas coletivas com o Gmel e a Pastoral da Mulher Marginalizada, e com as mulheres do Movimento Atingidos por Barragens (MAB). Em Porteirinha, Minas Gerais, realizamos uma oficina com o Coletivo de Mulheres do Norte de Minas para aprofundar a reflexão sobre a mineração. Em Altamira, no Pará, realizamos junto ao MAB uma oficina com as mulheres sobre as transformações que a construção de Belo Monte está produzindo naquela região. Além disso, este processo de elaboração foi marcado por uma série de atividades de formação e mobilizações da Marcha Mundial das Mulheres em torno da questão da prostituição. Agradecemos a todas as mulheres que contribuíram com esse processo de reflexão coletiva. ■

CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA FEMINISTA

A economia feminista é uma ferramenta de análise para a reflexão proposta nesse texto. Entre as questões chave desta corrente de pensamento, destacamos o rompimento com as fronteiras tradicionais da economia, definidas pelo mercantil e monetário, e a recuperação do trabalho doméstico e de cuidados como parte fundamental dos processos de produção e reprodução da vida. Para isso é fundamental uma reconceitualização do que é trabalho, compreendendo que esse vai além do emprego remunerado no capitalismo. Ou seja, é necessário alargar o conceito de trabalho, incorporando o trabalho informal, não remunerado, comunitário, doméstico, de cuidados, estabelecendo que todos eles devem ser considerados nas análises econômicas. A questão do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, de maneira não remunerada, no interior dos lares, ocupa um lugar central nesta perspectiva.

O trabalho doméstico e de cuidados é o núcleo da reprodução social das pessoas. Pode se complementar com outros trabalhos, mas “a responsabilidade final de harmonizar as demais formas de trabalho e/ou absorver suas insuficiências segue recaindo sobre o trabalho familiar não remunerado” (Picchio, 1999).

A reprodução das pessoas não é um problema específico das mulheres. Resultado

da divisão sexual do trabalho, elas interiorizam o conflito produção/reprodução que não é adequadamente elaborado no âmbito social. Tal interiorização se dá com as mulheres suportando na família e no trabalho remunerado os custos de uma contradição básica do sistema. Para captar o caráter social do trabalho de reprodução das pessoas é necessário apreender a vinculação histórica entre os processos de produção e reprodução. No capitalismo, houve a separação progressiva desses processos, ao lado da ocultação do vínculo entre eles. Ou seja, não é o trabalho doméstico e de cuidados em si que é invisibilizado, mas seu vínculo com a sustentação deste sistema.

Iluminar o terreno da reprodução, o trabalho das mulheres e a produção do viver tem sido uma estratégia para dar visibilidade a interdependência das esferas da produção e reprodução. Este é um ponto de partida para nossa reflexão sobre o atual modelo de desenvolvimento. É preciso dar a conhecer que as estratégias de sobrevivência e de produção do viver, asseguradas pelas mulheres em diversos espaços, estão constantemente ameaçadas por interesses econômicos das grandes empresas e do capital. A água, a energia, a terra para a produção de alimentos e a biodiversidade são elementos que garantem

a sustentação da vida e interessam às mulheres, que são as primeiras a sofrer com sua escassez. A ação do capital não altera as dinâmicas da divisão sexual do trabalho e, ao contrário, reforça as desigualdades na medida em que grandes obras de infraestrutura, como usinas hidrelétricas e rodovias, priorizam a circulação de capital e mercadorias em detrimento da qualidade de vida das comunidades.

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE

O processo de desenvolvimento econômico não é neutro ao gênero. Ao contrário, como parte do sistema capitalista e patriarcal, utiliza de suas estruturas para impulsionar dinâmicas de crescimento econômico que reforçam as desigualdades constitutivas do modelo.

As elaborações feministas sobre desenvolvimento tiveram início nos anos 1970 e, entre as diversas contribuições, está a demonstração das conexões entre os setores vinculados à subsistência (como produção de alimentos para autoconsumo e trabalho doméstico e de cuidados) e a produção capitalista. Efetivamente, a invisibilidade conferida ao trabalho não remunerado das mulheres contribuiu para manter o baixo nível salarial da mão de obra empregada no trabalho assalariado. As análises feministas demonstram que, mais do que impactadas pelos processos de desenvolvimento econômico na globalização capitalista, as economias de subsistência foram incorporadas como parte dos mesmos, que são

dependentes desse trabalho não remunerado, realizado em sua maioria pelas mulheres.

A partir dos anos 1980, estudos demonstraram a falsa neutralidade das políticas econômicas, ao revelar que a implementação de políticas de ajuste estrutural se deu em sociedades estruturadas por relações sociais desiguais. Verificou-se um aumento do trabalho remunerado das mulheres, marcado pela precariedade, ao mesmo tempo em que também se verificava o aumento do trabalho no âmbito doméstico e comunitário, em virtude da redução dos gastos sociais e do aumento dos preços de produtos básicos. Neste cenário, em geral, se explicitou que os custos das políticas de ajuste recaíram sobre a família, considerando a habilidade das mulheres para desenvolver estratégias que permitem a sobrevivência da família com menos rendimentos e mais trabalho como “fator de equilíbrio” (Beneria, 1995, *apud Carrasco*, 1999).

Os debates feministas em torno ao ajuste estrutural foram marcados por diferenças entre diferentes correntes. Pelo menos duas visões se delinearam neste período. A primeira, proveniente das feministas identificadas com o paradigma neoclássico da economia, afirmava que para obter êxito nas políticas de ajuste, as instituições deveriam reformular suas políticas, incluindo a dimensão de gênero. A ênfase não é nos impactos das políticas de ajuste nas mulheres, mas na dificuldade de atingir os objetivos de tais políticas se não fosse considerada a perspectiva de gênero. Autoras como Palmer (1991, *apud Zabala*,

1999), verificam o incremento das atividades reprodutivas das mulheres e apontam que seria possível que o mercado produzisse substitutos destas, de modo a liberar mais mulheres para o trabalho remunerado.

A segunda visão considera que os trabalhos realizados pelas mulheres no âmbito da reprodução diferem do tipo de trabalho realizado no âmbito da produção. A análise sobre o trabalho reprodutivo e sua relação com a esfera da produção adquire centralidade. A avaliação é que, ao não considerar esta questão, os programas de ajuste assumiram, implicitamente, que as mulheres absorveriam o choque do ajuste, pois se supõe que elas têm uma capacidade de trabalho extra suficientemente elástica para compensar a diminuição de condições materiais dentro dos lares. A solução para este problema não seria a completa comercialização do trabalho reprodutivo, nem apenas o aumento de oportunidades de mercado para as mulheres, mas uma divisão deste trabalho com os homens e as mudanças nas relações desiguais de gênero em todos os âmbitos.

DIVISÃO SEXUAL E INTERNACIONAL DO TRABALHO NO NEOLIBERALISMO

Na segunda metade dos anos 1990 e início dos 2000, tanto na academia quanto no movimento feminista, a crítica global à forma como as desigualdades de gênero estruturavam o neoliberalismo ganhou relevância. A ampliação do trabalho assalariado

das mulheres significou uma inserção precarizada em empregos flexíveis, trabalho em domicílio, em ritmo intenso. Analisar o emprego feminino levou a perceber a divisão sexual do trabalho como estruturante de uma nova divisão internacional do trabalho (Faria, 2005). Esta análise localizou as relações de gênero como nucleares na implementação e no aprofundamento do neoliberalismo na América Latina. Esta visão orientou uma atuação feminista que passou pela crítica às políticas neoliberais orientadas pelo Consenso de Washington e aos acordos de livre comércio, sobretudo na Campanha Continental contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

No início deste processo, o debate sobre tratados de livre-comércio se deu com base na análise sobre impactos específicos para as mulheres. Em alguns setores do feminismo, se buscava verificar os aspectos positivos e negativos da abertura comercial e da globalização, neutralizar os efeitos negativos, conseguir eficiência a partir dos produtos e sua competitividade, e introduzir a dimensão de gênero e cláusulas sociais nos acordos.

Na conformação da sociedade organizada pelo mercado em nível global, uma linha divisória entre o “econômico” e o “social” foi estabelecida. Para Diane Elson (2002) o que existe de real nesta separação é que o econômico se fundamenta na acumulação de capital que se realiza no mercado, enquanto o social estaria embasado na reprodução social não monetizada. Esta autora afirma que o pensamento neoliberal acentuou estas diferenças com uma abordagem de que seria

possível que as políticas sociais e econômicas seguissem caminhos independentes. Enquanto as políticas macroeconômicas seriam orientadas pelos critérios de mercado e eficiência, a política social seria utilizada como compensatória.

O deslocamento do debate sobre os direitos das mulheres do terreno social para o plano econômico permitiu que se demonstrassem as conexões entre o funcionamento do mercado, o trabalho invisível das mulheres na esfera da reprodução e sua exploração intensiva na produção. Nesta perspectiva, se desenvolveu uma visão crítica e de questionamento global ao modelo neoliberal, buscando realizar a conexão entre uma visão crítica da sociedade de mercado e a mercantilização do corpo e da vida das mulheres (Faria e Moreno, 2008). O fundamento desta análise é a consideração da divisão sexual do trabalho como base material das relações entre homens e mulheres, bem como a formulação da coextensividade das relações de classe, raça e gênero no atual sistema econômico.

QUESTIONAR O SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO

Olhar para o modelo de desenvolvimento a partir a economia feminista significa, necessariamente, ampliar a análise, buscando considerar o conjunto das práticas necessárias para a produção do viver, e não apenas aquilo que é quantificado, comprado e vendido no mercado. Assim, mais do que uma descrição do lugar que homens e mulheres ocupam neste processo, uma das primeiras críticas a

ser feita é ao reducionismo econômico que considera apenas o que é medido em termos monetários, e à busca incessante por um crescimento econômico verificado pelo PIB, em detrimento da qualidade de vida e do bem-estar da população.

Outro aspecto é que a própria noção de desenvolvimento não pode ser naturalizada, e sim considerada como uma construção social, situada no tempo. De acordo com Gustavo Esteva (2000), o termo desenvolvimento foi lançado como parte da estratégia estadunidense de conquistar hegemonia política e econômica após a segunda guerra mundial. A noção de desenvolvimento se construiu muito vinculada à ideia de progresso, de que havia um modelo a ser perseguido e alcançado – o modelo dos Estados Unidos. Mas há uma série de debates em torno da ideia de desenvolvimento. Para nossa reflexão, é importante sublinhar que o “desenvolvimento” não é um objetivo a ser perseguido a qualquer custo, muito menos um processo linear. Outras referências atuais na América Latina contribuem para esta perspectiva, como o paradigma do *buen vivir*, que altera os termos do debate, na medida em que rompe com a ideia de que é preciso viver “mais ou melhor” que outros e com a lógica de produtividade e crescimento ilimitado.

PROPOSTAS DA ECONOMIA FEMINISTA: A SUSTENTABILIDADE DA VIDA

Além das críticas aos paradigmas estabelecidos da teoria econômica, a

economia feminista propõe novos modelos teóricos que incorporam a totalidade das relações econômicas – considerando, portanto, a experiência das mulheres -, e tomam a satisfação das necessidades humanas como ponto de partida. Ao contrário do paradigma neoclássico da economia, que se centra na alocação eficiente e racional dos recursos do mercado, a economia feminista se volta para compreender como as sociedades se organizam para atender um determinado padrão de vida para toda a população.

As análises feministas revelam um conflito distributivo que permeia o sistema econômico: entre produção e reprodução. Neste conflito, Rodriguez (2012) verifica que a subordinação econômica das mulheres se vincula diretamente à distribuição social do trabalho e do tempo, o que implica na deterioração da qualidade de vida das mulheres como consequência da maior intensidade na utilização de seu tempo para a garantia da qualidade de vida de outros.

A forma como cada sociedade resolve seus problemas de sustentação da vida é considerada pelo pensamento dominante como uma externalidade do sistema econômico. Mais do que apontar a importância da esfera da reprodução para o processo de produção de mercadorias, a proposta da economia feminista implica, fundamentalmente, deslocar o centro da análise dos mercados para as pessoas, ao substituir a lógica da produção de lucros pela lógica do cuidado da vida e da

satisfação das necessidades humanas como objetivo da organização econômica e social (Carrasco, 2003).

Mas quais seriam as necessidades satisfeitas nessa compreensão de sustentabilidade da vida? Amaia Pérez Orozco (2006) considera que tais necessidades são multidimensionais: são tangíveis e materiais, como as necessidades de alimentação e vestimenta, mas também imateriais e afetivo-relacionais. Além disso, as necessidades são construções históricas que se expressam socialmente e são marcadas pelas relações de poder constitutivas da sociedade. No caso das sociedades ocidentais em que há o predomínio do mercado sobre a vida, é evidente que os mercados são agentes ativos na criação de necessidades, uma vez que o processo produtivo cria novas necessidades humanas. Assim, as pessoas trabalham cada vez mais para auferir maior rendimento e ampliar sua capacidade de consumo. Neste modelo, as necessidades que não são satisfeitas pelo consumo no mercado e predominam nas esferas não monetizadas se tornam, assim como o trabalho necessário para sua satisfação, invisíveis.

A perspectiva da sustentabilidade da vida revela, assim, o conflito entre a lógica do mercado e a lógica da vida, e neste, o conflito de interesses entre a participação diferenciada e desigual de homens e mulheres nos espaços organizados por cada uma destas lógicas. Esta noção traz em si a ideia de processo e de transição para a construção de novas relações e de vidas que mereçam ser vividas. ■

O AVANÇO DO CAPITAL SOBRE OS TERRITÓRIOS

A lógica da extração – da nossa força de trabalho e da natureza – não é nova. Historicamente, o desenvolvimento da mineração no mundo, a despeito de algumas experiências de subsistência, está associado à colonização e ao imperialismo. Grande parte dos países do Sul foi incorporada ao mercado mundial como fornecedores de matérias primas às grandes potências. Ainda hoje, grande parte da produção mineral dos nossos países é destinada à exportação. Essa situação solidificou, ao longo do século XX, uma relação de dependência entre os países exportadores de matérias primas, como o minério, aos países que exportam produtos de alto valor agregado.

A MINERAÇÃO NO BRASIL¹

No Brasil, a exploração mineral está presente desde a época da colonização portuguesa. Na primeira metade do século XVIII, a extração de ouro e diamante foi sustentada através do árduo trabalho do povo negro escravizado no país. As técnicas rudimentares de exploração esgotaram rapidamente o estoque desses minerais. No Império, foram criadas as primeiras legislações da área. O início do século XX foi marcado pela criação de companhias de exploração

e da extração do minério de ferro no Brasil. O governo de Getúlio Vargas foi um marco para a mineração do país. Ele defendeu a necessidade de se nacionalizar as reservas minerais e criou a Companhia Siderúrgica Nacional em 1941 e a Companhia Vale do Rio Doce em 1942 (DNPM, 2010).

Em 1946, a nova Constituição reabriu a mineração à participação do capital estrangeiro. O Regime Militar passou a priorizar o setor mineral e só na nova Constituição de 1988 é que foram restabelecidas parcialmente as restrições à participação estrangeira na exploração e aproveitamento dos recursos minerais.

A globalização neoliberal contribuiu para que as grandes corporações transnacionais tivessem seu poder reforçado e que a exploração mineral passasse a ser amplamente controlada pelas mesmas. O receituário neoliberal construído pelas grandes instituições financeiras mundiais, como o Banco Mundial e o FMI, incentivou a construção da infraestrutura necessária para exploração da mineração, bem como a privatização das empresas estatais exploradoras de minério. Muitos países passaram a oferecer uma gama de benefícios às transnacionais e recolher baixíssimos impostos no setor, à custa de cortes no orçamento das políticas públicas mais essenciais aos trabalhadores e trabalhadoras.

1. Agradecemos as contribuições de Clarisse Paradis para nossa reflexão sobre mineração.

Assim, em 1995, durante o governo FHC, foi aprovada uma emenda constitucional que permitiu ao capital externo participar da pesquisa e das lavras de bens minerais. No mesmo ano, se aprovou outra emenda que possibilitou a contratação de empresas tanto públicas quanto privadas na exploração, comércio e transporte de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos, rompendo o monopólio estatal do setor (DNPM, 2010). Durante toda a década de 90 várias privatizações foram levadas a cabo, sendo a principal delas a da Vale do Rio Doce, em 1997.

DO CONSENSO DE WASHINGTON AO CONSENSO DAS COMMODITIES

A argentina Maristela Svampa propõe a ideia de consenso das *commodities* para explicar como, nos últimos 15 a 20 anos, a América Latina passou de um período em que a política de ajuste estrutural era hegemônica para um novo ciclo, que acentuou a produção e exportação de matérias-primas em grande escala, desde os países periféricos aos países centrais. Vimos um processo de reprimarização da economia, no qual os países se especializam em poucas commodities. As *commodities* são os produtos com um preço internacional padronizado, que abarcam desde os produtos alimentícios, como soja e trigo, até os minerais e metais.

A participação da mineração na economia de muitos países latino-americanos teve picos de crescimento nos últimos anos. No Brasil, entre 2000 e 2008, a participação do setor mineral,

composto pela mineração e indústria mineral, no PIB brasileiro cresceu 5 vezes entre 2000 e 2008. O peso do setor mineral nas exportações brasileiras é grande. De 1994 a 2008, uma média de 20% das exportações do país foi proveniente desse setor². Dessa média, 90% dos produtos exportados correspondem ao minério de ferro e o principal destino é a China (MME, 2011).

A extração mineral emprega um número muito menor de trabalhadoras e trabalhadores do que a indústria de transformação do setor no Brasil. De acordo com dados do IBGE, em 2008, havia 903 mil empregados diretos na transformação mineral e 187 mil na mineração. Além disso, os dados demonstram que o Brasil continua um país primário exportador. Em 2009, 56% das suas exportações foram de *commodities* e bens energéticos, enquanto 27% corresponderam a bens de média e alta intensidade tecnológica. A região Sudeste concentra 45% das minas brasileiras, seguida da região Sul (27,3%), região Norte (12,7%) e Centro-Oeste, (10,1%).

Nos últimos anos, várias empresas brasileiras passaram por processos de internacionalização. Empresas do setor mineral figuram entre as 50 empresas brasileiras mais internacionalizadas Gerdau, Grupo Camargo Corrêa, Grupo Votorantim, Magnesita e Vale. Esta última tem operações em mais de 30 países. Com a compra da mineradora canadense Inco, em 2006, a Vale se transformou na maior produtora mundial de níquel e a maior mineradora do mundo. Essa incorporação transformou o Brasil num

2. Esse valor refere-se à participação de produtos de origem mineral, bens primários e transformados, excluídos o petróleo e gás natural nas exportações.

investidor internacional e não apenas receptor de investimento e diminuiu a base brasileira da empresa de 98% para 60% (DOSSIÊ, 2010).

A internacionalização da Vale e a exploração das mineradoras causam inúmeros impactos aos trabalhadores e trabalhadoras em toda parte do mundo. Muitos desses impactos não são incluídos nos relatórios das empresas e são frequentemente ignorados pelos governos.

A REORGANIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

As estratégias da ocupação dos territórios são diferentes de acordo com cada atividade econômica. No caso das grandes barragens e do agronegócio, há uma dinâmica marcada pelo deslocamento. A instalação no território implica a expansão da fronteira, desmatamento, expulsão das comunidades e esvaziamento dos territórios. No Brasil, cabe ressaltar que boa parte da energia produzida nas hidroelétricas são destinadas a abastecer projetos extrativos da região.

No caso na mineração, petróleo e gás, a dinâmica é a de economia de enclave. As empresas desembarcam nos territórios, desarticulam a economia existente e reorientando-a em torno de sua presença. As empresas disputam os recursos, ou os destroem e contaminam, como acontece com a água.

Segundo Tauli-Corpuz (1998), a história da mineração é a história da apropriação de terra e dos deslocamentos das populações marginalizadas, incluindo as mulheres. Suas operações geram uma destruição

massiva das terras ao seu redor, incluindo erosão, desmatamento, desertificação e assoreamento das mesmas. Os resíduos tóxicos usados na extração de alguns minérios como ouro geram a poluição dos rios e dos solos. A poluição do ar advém da poeira proveniente de demolição contínua da terra e transporte dos minérios.

Esses efeitos ambientais são amplamente sentidos no Brasil. Um exemplo do poder de destruição ambiental da exploração mineral é a operação da Vale na Serra da Gandarela. Localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Serra contém riquíssima diversidade geológica e paisagem exuberante. Desde 2008, a exploração mineral na Serra gera perdas irre recuperáveis na rica biodiversidade da região. A Bacia do Ribeirão da Prata, responsável pelo abastecimento de água da região, será altamente danificada. Além disso, haverá danos sérios à formação geológica da Serra, bem como vai gerar contaminação química e desmatamento (DOSSIÊ, 2010).

A extração de minério tem causado sérios problemas de saúde nos trabalhadores e trabalhadoras do setor, bem como nas populações vizinhas às regiões de extração. Doenças de pele, respiratórias como tuberculose e silicose, doenças gastrointestinais, câncer, problemas de reprodução, doenças mentais, má formação fetal e abortos são recorrentes. O setor mineral é conhecido também pelo alto número de acidentes de seus trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que o trabalho envolve altos riscos. De acordo com a Previdência Social, a atividade mineral apresenta o maior nível de

risco para a segurança e saúde do trabalhador (3 em uma escala de 1 a 3), junto com a construção civil e obras de infraestrutura. De acordo com o Dossiê dos Impactos e Violações da Vale no Mundo (2010), as ferrovias da Vale causaram acidentes com mortes ou lesões graves em 25 pessoas em 2007, além de uma série de outros impactos nas comunidades localizadas no seu percurso. Em 2008, 2860 acidentes de trabalho com afastamento ocorreram e, entre eles, 9 mortes.

Existem sérios impactos da mineração na destruição de costumes e valores das comunidades atingidas por elas. A produção de alimentos e a economia de subsistência que nutrem e sustentam as comunidades, há várias gerações, têm sido erodidas. A contaminação dos solos e a apropriação de terras fazem com que as famílias deixem de produzir seus alimentos, para terem que comprá-los no mercado. Essa situação acentua processo de empobrecimento da população rural. Além disso, a migração massiva de pessoas para as áreas de mineração, a pouca empregabilidade no processo de extração, associado aos acidentes e aposentadorias por problemas de saúde, geram problemas de saneamento, desemprego, desigualdade social e pobreza.

Muitas vezes, a exploração mineral é acompanhada do aumento da militarização e da segurança privada. Em algumas regiões brasileiras, as lideranças políticas que lutam contra os impactos da mineração sofrem ameaças de morte cotidianas. Essa é uma constante em toda a América Latina.

Uma vez que os recursos minerais se exaurem nas regiões de extração, as empresas se retiram das áreas e levam consigo seus altos lucros, deixando para trás a destruição ambiental e a população mais empobrecida. De acordo com uma liderança do coletivo de mulheres do norte de Minas Gerais, foi isso que aconteceu em Riacho dos Machados: “a instalação da Vale na região não deixou benefício nenhum, a não ser ‘filhos sem pai’”.

EM DEFESA DA ÁGUA, AS MULHERES RESISTEM AO AVANÇO DA MINERAÇÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS

O coletivo de mulheres do norte de Minas Gerais impulsiona um processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais e quilombolas da região para enfrentar o avanço da mineração. Riacho dos Machados, Porteirinha, Rio Pardo de Minas são alguns dos municípios do Norte de Minas Gerais que enfrentam atualmente a ganância de empresas mineradoras para exploração de seus territórios. Foi descoberta, naquela região, uma jazida de minério de ferro estimada em 12 bilhões de toneladas. Entre as empresas mineradoras que buscam explorar ferro e ouro no norte de Minas Gerais estão a Vale, a Sul Americana de Metais, do grupo Votorantim, e a canadense Carpathian Gold.

Na oficina realizada pela SOF em Porteirinha³, no norte de Minas Gerais, as mulheres retomaram as lições aprendidas com a devastação que as comunidades sofreram com

3. Oficina realizada nos dias 13 e 14 de junho de 2014 em Porteirinha, Minas Gerais, com a participação de 46 mulheres.

a monocultura do eucalipto e do algodão, na década de 1980. Grande parte dos agricultores familiares foram envolvidos na produção de algodão, que fracassou, e o resultado foi o endividamento e empobrecimento. Segundo as mulheres, “o fracasso trouxe a oportunidade de reverter a história, fazendo o que nós fazemos hoje: diversificando a produção, ampliando a agroecologia, parando de usar agrotóxico e produzindo alimentos saudáveis”. Elas identificam que a mineração é uma ameaça ao que já foi conquistado e construído na comunidade.

A realidade do norte de Minas explicita que são dois modelos incompatíveis. O primeiro, do crescimento ilimitado, representado pela mineração, que, em nome do desenvolvimento, concentra poder e riqueza e distribui devastação e desigualdade. E o outro da agroecologia, da soberania alimentar e da garantia de direitos, representado pela resistência das mulheres.

O norte de Minas Gerais é uma região de semi-árido. A articulação das comunidades, com a visão de convivência com o semi-árido, deu o impulso para a recuperação da produção a partir da agroecologia. As cisternas para consumo e também para a produção foram fundamentais para isso.

Em um desenho sobre como era o território antes e atualmente, as trabalhadoras rurais representaram o trabalho de homens e mulheres na roça durante o dia, e as mulheres com um balde buscando água. Elas afirmam que uma das principais mudanças positivas em suas vidas no último período foi a conquista de

políticas públicas e, particularmente, o acesso à água. Por isso, uma disputa central com o projeto da mineração se refere ao controle da água, essencial para a qualidade de vida e para a produção da agricultura familiar.

Uma das mulheres relatou que há 9 anos tinha decidido ir para São Paulo, onde seus filhos já estão, porque as condições de vida estavam muito difíceis, sobretudo pela falta de água. Foi quando o sindicato chegou com o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), que garantiu o acesso à água potável para consumo humano e também para a produção. O P1+2 é parte das ações da ASA (Articulação do Semi-Árido) e, desde que foi iniciado, em 2007, até março de 2014, havia alcançado mais de 28 mil famílias, construindo mais de 25 mil cisternas-calçadão, 8 mil cisternas-enxurrada, além de barragens subterrâneas, bombas d’água popular, tanques de pedra e barraginhas⁴. Além do acesso à água, por meio deste programa esta agricultora teve acesso a mudas e, a partir de então, começou a produzir diversos tipos de frutas, feijão, mandioca, hortaliças e conseguiu permanecer na terra. Cerca de 90% da produção de hortaliças das mulheres é agroecológica. A produção é destinada para o autoconsumo e as agricultoras buscam vender o excedente em feiras locais e por meio de políticas públicas.

As mulheres identificam que as empresas têm o mesmo modelo de atuação quando chegam nos territórios. Elas relatam que as empresas chegam fazendo muitas promessas, buscando usar uma linguagem popular para convencer os moradores, e passam a dominar o

4. O programa “Uma terra e duas águas”. ASA Brasil. Disponível em: <http://migre.me/nVfer>

espaço. A promessa de geração de empregos e benefícios para a população não se cumprem, uma vez que “os homens trabalhadores vêm de fora, e as exigências também”. O aumento da população local não significa mais investimento em infraestrutura social e de serviços, como saúde e saneamento, por exemplo. Por outro lado, significa o aumento do uso de drogas e do álcool, assim como o aumento da prostituição, das doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência.

Pela experiência recente no sindicato de trabalhadores rurais de Porteirinha, as lideranças afirmam que “as mulheres são as primeiras a combater, a alertar os companheiros do que está passando com a chegada da mineração. E são as primeiras a sofrer os impactos da contaminação e do empobrecimento”.

Enquanto a lógica das empresas é buscar o lucro imediato, as mulheres identificam os problemas a longo prazo. No caso da Vale, que atuou na região na extração de ferro, foram deixadas valas abertas e água contaminada devido ao rompimento de um dique deixado pela empresa. No caso da Carpathian Gold, cuja extração é de ouro, a empresa argumenta que o processo é mais seguro pois se trata de um circuito fechado. Mas em Riacho dos Machados, já existem córregos contaminados. A comunidade tem denunciado a irresponsabilidade da empresa com a construção da barragem de rejeitos. A barragem de rejeitos é o local onde o material que sobra do processo de extração mineral é armazenado. Neste caso, de extração de ouro, os materiais utilizados são o cianeto e o

arsênio. Ambos são altamente venenosos. O primeiro, solúvel em água, pode contaminar os rios e lençóis freáticos. O arsênio pode contaminar o ar e a água, e é cancerígeno. A construção da barragem de rejeitos em Riacho dos Machados é apenas a 300 metros de distância da barragem Bico da Pedra utilizada para abastecimento de água do município de Jarnaúba e da região. Além disso, a empresa quer utilizar a argila como material para impermeabilização da barragem, um material frágil.

A contaminação da água é uma ameaça para a produção de alimentos saudáveis de forma agroecológica. Na comunidade quilombola Malhada Grande, onde a produção é de algodão orgânico, as mulheres identificaram como ameaças tanto a mineração quanto o agronegócio e o uso de agrotóxicos. E, justamente por essa experiência, já identificam o impacto deste modelo na saúde da população local: são frequentes os casos de intoxicação crônica por conta do uso de agrotóxicos e o índice de câncer é maior do que a média no país.

Frente aos impactos da contaminação na saúde da população, a partir do coletivo de mulheres do norte de Minas está sendo impulsionado um processo de reflexão e práticas em torno das plantas medicinais, com a experiência de uma Casa de Ervas. Esta experiência coloca a questão da saúde também como parte de uma disputa de modelo, entre a saúde medicalizada e a recuperação dos conhecimentos tradicionais das mulheres, a partir do cultivo e uso das plantas medicinais.

Ao refletir sobre as dinâmicas dos territórios, um elemento comum na fala das mulheres foi a identificação da divisão sexual do trabalho como uma marca do cotidiano. O cotidiano de trabalho na roça durante o dia é comum para os homens e para as mulheres. Mas a noite, o que é recorrente é a continuidade do trabalho das mulheres, no trabalho doméstico e de cuidados, enquanto este é um período identificado como de lazer e descanso para os homens, seja assistindo televisão ou no bar. Com o reconhecimento da importância das atividades domésticas, as mulheres identificam que estão na base e na sustentação da vida na comunidade, o que contribui inclusive para seu fortalecimento individual e coletivo no enfrentamento à violência. Mas também reconhecem a sobrecarga e o desafio que é, ao mesmo tempo que ampliam sua participação política e na produção, conseguir redividir o trabalho doméstico com os demais integrantes da família.

O processo de organização das mulheres na região foi fundamental para seu reconhecimento enquanto agricultoras familiares e para a ampliação de sua participação política. Há um reconhecimento de que conquistas vem da luta: “as mulheres estão ocupando espaços, saindo do que é oculto”. Além disso, há uma consciência de que os avanços não são lineares e que ainda é preciso avançar muito para garantir a autonomia das mulheres em todas as dimensões. Um exemplo é que hoje as mulheres têm mais autonomia para administrar o dinheiro e o que produzem, mas, ao mesmo tempo, identificam

a permanência de diversas formas de violência, psicológica e física.

O coletivo de mulheres do norte de Minas participa das ações da Marcha Mundial das Mulheres, da Marcha das Margaridas e das ações das mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, além de parcerias com entidades da região. Além disso, o coletivo já organizou quatro marchas das mulheres do norte de Minas, reunindo mais de duas mil mulheres em feiras da agricultura familiar, oficinas e debates sobre os direitos das mulheres, a luta pela terra e pela água, e a produção agroecológica, e caminhadas pelos municípios.

É como parte deste processo de organização que as trabalhadoras rurais estão protagonizando a resistência à mineração no Norte de Minas. Como estratégia, as mulheres estão buscando conhecer, a partir de intercâmbios e da participação em processos nacionais de articulação, o que a mineração faz na região e na vida das pessoas. As lideranças identificam que essa luta é parte de um enfrentamento mais global, e que além de fortalecer as alianças entre mulheres urbanas e rurais, é necessário construir a solidariedade entre as mulheres que, muitas vezes, resistem às mesmas empresas: “Onde houver mineração, estaremos juntas lutando”.

A MINERAÇÃO E A VIDA DAS MULHERES

Como visto anteriormente, a pobreza e exclusão social produzidas pela atividade

minera contribuem para quebrar os laços de solidariedade das comunidades e introduzir outros valores e práticas de vida. Nas áreas de exploração de minério é recorrente a violência doméstica contra as mulheres, a violência sexual e a prostituição. Em alguns casos, esta é incentivada pelas próprias empresas de mineração, na expectativa de que seus trabalhadores, na maioria homens, exerçam sua sexualidade e poder, à custa da apropriação do corpo das mulheres.

A apropriação das terras e a contaminação dos solos prejudicam a produção dos alimentos. Esta situação impacta especialmente as mulheres, pois elas são majoritariamente as responsáveis por colher os alimentos, cozinhá-los e prover uma boa alimentação à sua família. Isso impede que as mulheres produzam sua subsistência, aumentando sua dependência aos salários pagos aos homens e as empurrando para o trabalho informal. Nas famílias monoparentais femininas a pobreza assola ainda mais. As áreas de produção mineral absorvem a mão-de-obra na extração do minério, deixando o resto da população, principalmente as mulheres, sem alternativas para garantir sua autonomia econômica.

Além disso, as companhias exploradoras excluem as mulheres dos processos de negociação, o que acarreta a não participação em qualquer benefício destinado às famílias. A tensão, os constrangimentos físicos e mentais são amplamente sentidos pelas mulheres, especialmente em casos de reassentamento provocado pela exploração mineral.

Segundo análise epidemiológica de Itabira, cidade mineira de 100.000 habitantes, em que 90% da população vive em torno da extração de minério de ferro e que tende a ter cada vez mais diminuídas as operações da Vale, suas taxas de suicídio e tentativas de suicídio são significativamente superiores em relação às médias brasileiras. Os suicidas são homens de 25 e 39 anos e 40 a 59 anos, casados. Dentre as pessoas que tentaram se matar, a maioria é mulher – domésticas, donas de casa e estudantes. A análise demonstra que essas mortes e tentativas estão intimamente associadas à falta de perspectivas impostas pelas mudanças na indústria mineral, bem como pela violência contra a mulher e a violência sexual (Souza; Minayo; Cavalcanti, 2007).

Por fim, as mulheres têm tido um papel importante na resistência contra as grandes mineradoras. Por serem especialmente afetadas por elas, as mulheres lutam para manter seu sustento e de suas famílias, preservar suas terras e os bens comuns de sua comunidade.

AS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS

É possível encontrar muitas semelhanças entre os impactos produzidos pela construção de hidroelétricas e os impactos produzidos por outras grandes obras, como os projetos de mineração e as obras de infra-estrutura que os acompanham. Segundo as mulheres dirigentes do MAB “o diferencial é que são décadas de construção dessas usinas, que foi consolidando um método de construção, mas também um

método de violação de direitos. No caso das mulheres, o que tem acontecido, via de regra é que há um retrocesso brutal nas condições de vida, seja no aspecto do trabalho, na produção e vivência cultural das pessoas, seja nas áreas sociais, como educação e saúde”.

Em oficina realizada com mulheres em Altamira, foi possível conhecer mais de perto a realidade do município impactado pela construção de Belo Monte e aprofundar a reflexão sobre os impactos das obras nas comunidades e na vida de cada uma⁵. O leilão para construção e operação da barragem foi realizado em abril de 2010, e vencido pelo Consórcio Norte Energia, conhecido pela sigla CCBM (Consórcio Construtor Belo Monte), e comandado pela empresa Eletronorte. A previsão é de que a usina entre em funcionamento em 2015.

Um primeiro momento de relato das mulheres sobre suas condições de vida foi marcado por situações de violência e de perda de familiares, além da precariedade do cotidiano. Entre as mulheres, há a sensação de que a população de Altamira mais que dobrou neste período, sensação ancorada na percepção da carência de políticas públicas na saúde e educação, bem como na movimentação de carros, caminhões, motocicletas, no barulho e agitação constante. A explosão demográfica gerada pelas obras não foi acompanhada por um aumento de políticas públicas ou infraestrutura social. Além da falta de assistência médica, escolas, saneamento básico de água e

esgoto, as mulheres relatam o encarecimento de tudo, em especial a comida e moradia. Os preços foram nivelados pelos salários pagos aos trabalhadores da usina, inflacionando o custo de vida da cidade. De acordo com uma das participantes, “antes se vivia com um salário mínimo, agora nem com R\$ 1.500,00”. Para se ter uma ideia, o aluguel de uma palafita que sofre com alagamentos sazonais passou de R\$ 150,00 para pelo menos R\$ 500,00. Existia um fluxo das águas, de cheias e vazantes, conhecido pela população, que se organizava para estes períodos. Por conta da barragem as inundações acontecem desreguladamente, e muitas casas que alagaram não voltaram. Outras casas demoraram meses para voltar a ser habitáveis.

A divisão sexual do trabalho é uma marca dos empregos gerados na construção da hidroelétrica. Dos 22 mil trabalhadores contratados no Consórcio Belo Monte, apenas 12% são mulheres. O salário mais baixo pago aos homens gira em torno de R\$ 1.200,00, enquanto as mulheres ganham entre R\$ 800,00 e R\$ 1.000,00; nos empregos de limpeza dos alojamentos e escritórios.

Segundo as participantes da oficina, as mulheres enfrentam problemas diferentes dos homens. Por estarem responsáveis pelas crianças, relatam muita insegurança, medo e risco eminente de perder a moradia, sendo que muitas já foram desalojadas. Além disso, verificam um aumento expressivo da violência contra as mulheres.

Como as mulheres estão a cargo dos filhos, netos e do trabalho doméstico, são elas que recebem os funcionários enviados pelo CCBM,

5. A oficina foi realizada pela SOF em conjunto com as mulheres do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) nos dias 2 e 3 de maio de 2014. Participaram cerca de 30 mulheres, entre lideranças locais e mulheres de base.

responsáveis pelo cadastramento das famílias, pesquisas e diagnósticos. Segundo elas, os profissionais cumprem um papel de coerção, para que as pessoas aceitem sem demora a indenização oferecida pelo consórcio. O valor é pequeno e insuficiente para a compra de um terreno ou de uma casa. As mulheres relataram que se sentem pressionadas e ameaçadas, não apenas pelo consórcio, mas também por seus maridos e companheiros, que tem medo de não conseguir garantir nem a indenização. Mas elas, por sua vez, querem a garantia de uma moradia. Quando a casa está legalizada, em geral está no nome do homem e ele aceita indenização.

Outra situação relatada na oficina foi que os diferentes arranjos familiares não são respeitados no realojamento das famílias. Uma das participantes contou que sua filha, que tem uma deficiência mental, vive nos fundos de sua casa com seus 3 netos. As duas trabalham juntas para cuidar das crianças. A filha não consegue fazer tarefas que exijam capacidade de decisão e discernimento, mas realiza o trabalho doméstico junto com a mãe. Esta, por sua vez, não dá conta de esforços físicos com o trabalho doméstico, mas acompanha reuniões dos filhos e netos, resolve problemas externos à casa. Para o CCBM, a situação delas é considerada um “estudo de caso”, e por isso vai para o final da fila. Não está garantido que elas tenham suas casas quando forem realojadas, menos ainda que seja no mesmo terreno. Na melhor das hipóteses, elas terão duas casas, mas pode ser uma em um bairro e outra em outro, o que impossibilita essa divisão de tarefas que garante à sobrevivência de ambas e das crianças.

A possibilidade de mudança de casa acarreta outros transtornos. Por exemplo, as relações consolidadas de amizade e solidariedade que garantiam ajuda mútua em geral são desfeitos, pois a mudança não garante a permanência dos mesmos vizinhos. As famílias passaram a conviver com gente “desconhecida”. Isso se agrava para os casos onde as mulheres tinham na moradia também sua forma de sustento, caso de uma das participantes que tem uma vendinha na frente da casa com uma clientela baseada nas relações de amizade e na confiança do “fiado”, e não terá garantida a construção desse cômodo na casa de assentamento, menos ainda que seus vizinhos permaneçam os mesmos.

Uma das condicionantes impostas pela licitação de construção da barragem era o tratamento de água e esgoto. Essas são as obras mais atrasadas. Com o aumento da população, há uma grande demanda não atendida por creches e escolas. As mulheres temem que sejam desligadas do programa Bolsa Família, já que uma das condicionalidades do programa é a frequência escolar dos filhos.

A situação é difícil também para as mulheres que trabalham fora de casa e não podem contar com creches. Antes da CCBM as mulheres cuidavam umas dos filhos das outras por cerca de R\$150,00; mas com a inflação dos preços, o valor não sai por menos de R\$500,00.

No relato das mulheres, está presente a percepção de que as pessoas vão para Altamira buscando um lugar para ganhar dinheiro e ir embora. Essa ideia era ilustrada pela letra de música de um grupo local, que fazia sucesso no

período da oficina. A música dizia: “o cara pode chegar e com dinheiro pode pegar qualquer uma que quiser”. Após o início das obras, há um clima na cidade diferente e um tanto confuso para quem é do lugar. Ao mesmo tempo em que há um aumento da violência e de uma maior precarização da vida, há também a ideia de que existe muito dinheiro, carros, motos e festas. Nas palavras de uma das participantes “as meninas são tentadas pela prostituição, se iludem por contos de fadas”. A percepção é de que ouve um aumento generalizado da violência contra as mulheres, tanto no espaço doméstico como no espaço público,

onde os homens agem como se as mulheres estivessem disponíveis para eles. Segundo dados da Plataforma DHESCA, entre 2010 e 2011, houve um aumento dos crimes sexuais em 18,75% nos 11 municípios impactados pelas obras de Belo Monte entre 2010 e 2011 ; na cidade de Altamira, houve um aumento de 75%. Foi onde houve o maior impacto, o maior recrudescimento da situação de exploração sexual ou de violência sexual nesses municípios. As meninas começam sua vida sexual mais cedo e a gravidez na adolescência aumentou. E os homens se sentem livres para abandonar as mulheres e os filhos. ■

A MERCANTILIZAÇÃO DO CORPO E DA VIDA DAS MULHERES

A crítica feminista à sociedade de mercado explicitou como foi empreendido um retrocesso ideológico no que diz respeito à autonomia das mulheres sobre seu corpo. É visível a imbricação do capitalismo e do patriarcado, uma vez que o corpo das mulheres constitui um campo em que se expressa a relação de dominação dos homens mais próximos a cada mulher, ao mesmo tempo em que cada vez mais a mesma relação de dominação se expressa no mercado, com alcance ampliado.

A formulação da crítica à prostituição se dá neste contexto. Assim, não é possível reduzir o debate sobre a prostituição à visão liberal, sobre se a prostituição é uma escolha individual de cada mulher. Também não se pode reduzi-la a um emprego qualquer, ignorando o debate e o questionamento ao modelo de sexualidade hegemônico e a desigualdade das relações sociais.

PROSTITUIÇÃO NO CONTEXTO DAS GRANDES OBRAS

A relação entre a prostituição e o desenvolvimento de atividades econômicas vinculadas às obras de infraestrutura e mineração no Brasil não é novidade. Os anos 1980 e 90 foram marcados por grandes movimentos migratórios, na região norte do Brasil, motivadas por projetos de infra-estrutura,

de mineração e da corrida pelo ouro. O mercado da prostituição, nestes locais, se desenvolveu acompanhando os fluxos migratórios, aumentando e diminuindo de acordo com o ritmo das obras e da garimpagem (Pestraf, 2002).

Por ser um negócio realizado às margens da lei, os números desta indústria são aproximações. Mas as conexões com as grandes obras são visíveis e aparecem constantemente em matérias jornalísticas, a partir das quais recolhemos elementos apresentados a seguir, que contribuem para construir nossa elaboração.

Na estrada interoceânica, que foi financiada pelo BNDES para facilitar a circulação de mercadorias entre o Brasil e o Peru, a concentração de garimpeiros envolvidos na corrida se dá ao mesmo tempo em que a concentração de mulheres jovens em casas de prostituição clandestinas⁶. Em 2011, cerca de 300 mulheres, sendo pelo menos 7 menores de idade, foram resgatadas de uma situação de exploração sexual nesta região. Elas foram atraídas por ofertas de trabalho no comércio e em serviços domésticos, mas acabaram forçadas a se prostituir.

Em Canaã dos Carajás, no Pará, as críticas a implementação do projeto S11D da Vale, que inclui a expansão da estrada de ferro de Carajás,

6. Corrida ao ouro avança por estrada Brasil-Peru e atrai índios. Disponível em: <http://migre.me/cXF5K>

passam pelas formas que a empresa se utiliza para burlar as legislações, pela remoção de povoados inteiros, inclusive de famílias quilombolas que lutam pela titulação de seus territórios no Maranhão, e pela banalização da prostituição, especialmente a exploração sexual infantil, que se verifica nos territórios onde a Vale atua⁷.

A Vale iniciou um grande investimento que tem como perspectiva ampliar o escoamento de 110 milhões de toneladas de minério por ano, para 220 milhões de toneladas no primeiro ano da efetivação da mina, com previsão de crescimento para 280 milhões nos próximos cinco a dez anos. Como parte deste processo, deverão ser construídas 46 novas pontes, 5 viadutos ferroviários, 18 viadutos rodoviários e, no porto de Ponta da Madeira de São Luis, será feito mais um píer para os navios de carga. De acordo com a reportagem do Brasil de Fato, como parte deste projeto, a Vale almeja a remoção de 1.168 pontos que são intitulados como “interferências”, incluindo plantações, casas e povoados inteiros. De acordo com o relatório da Plataforma DESCHA⁸, a prostituição, incluindo a exploração sexual infantil, aparece como uma das principais consequências sociais destes projetos, no corredor de Carajás. No município de Bom Jesus da Selva, por exemplo, houve um aumento dos casos de prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes após a chegada dos trabalhadores da Vale. De acordo com a reportagem da revista Caros Amigos, as vítimas dessa violação “são

adolescentes de baixa renda e que não têm estrutura familiar. Elas se prostituem em troca de roupas, sapatos. Vez ou outra recebem dinheiro, mas quantias como R\$30,00 e R\$50,00”. No Conselho Tutelar de Açailândia, 47 denúncias de abuso e exploração foram apresentadas no ano de 2012. O relatório aponta, ainda, relatos de que a exploração sexual está estreitamente vinculada à empresa e ao poder político local.

De acordo com a Plataforma DHESCA (2013), “Esta relação se torna evidente, em especial, quando se trata da organização de festas com a presença de trabalhadores da empresa, nos momentos de lazer próximos às áreas das comunidades, como os banhos nos rios, e nos serviços de hotelaria para os trabalhadores da Vale ou de terceirizadas. A localização do maior grau de ocorrência de exploração sexual em Açailândia, por exemplo, é em um bar frequentado pelos trabalhadores das empresas terceirizadas da Vale. No Assentamento de Novo Oriente, onde foi instalado ao longo de vários meses um canteiro de obras da duplicação, o Conselho Tutelar recebeu algumas denúncias de que as adolescentes “ficavam” em um “campinho” com os homens do canteiro de obra”.

Outro exemplo conhecido das reportagens sobre o tema é a construção das hidrelétricas Jirau e Santo Antônio, financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As duas construções somaram 35 mil trabalhadores empregados, em sua maioria homens. Há alguns quilômetros, Jaci-Paraná é um pequeno vilarejo que passou a ter mais bares e pontos de prostituição que mercados, padarias e farmácias. As mulheres em situação de prostituição

7. Marcio Zonta. Vale inicia obras no novo Carajás. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/5531>

8. Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A (2013).

nestes locais vieram, em sua maioria, de outros estados. A maioria de Sapezal, no Mato Grosso, mas também do Acre, Maranhão e de outras partes de Rondônia⁹. O Relatório da Plataforma DESCHA sobre a Violação dos direitos humanos nas Hidroelétricas do Rio Madeira, apontou que, apesar da ausência de indicadores estatísticos acerca desse tema, é notório nas comunidades em torno dessas obras o crescimento da prostituição. Nos dias de pagamento de salários as comunidades percebem um aumento expressivo da prostituição, inclusive envolvendo menores de idade. No caso de Jirau, uma das casas de prostituição, cujo nome é “Copo sujo”, tem acesso quase que direto ao canteiro de obra. De acordo com o jornal “A Crítica”, de Manaus, da portaria do alojamento dos operários até as primeiras casas de prostituição, a distância não chega a 1,2 mil metros. Um deles ganhou o apelido de “Usina do Amor”. Outro aspecto é que o estupro em Porto Velho teve um aumento registrado de 208%, entre 2007 e 2010.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rondônia (STICCERO) registrou a existência de um “cartão fidelidade”, no qual eram creditados mensalmente valores de até R\$ 600,00, fora da folha de pagamento, “para empregados que não faltam, não adoecem, não tiram férias e não visitam a família”. Segundo o Sindicato, esse cartão é largamente aceito pelo comércio local, inclusive em casas vinculadas a prostituição.

Essa é a mesma dinâmica de construções de barragens anteriores. As mulheres do MAB relatam que, em Barra Grande, Santa Catarina,

existem “mais de 300 crianças que não sabem quem são os pais. Nós chamamos de ‘filhos da barragem’”¹⁰. Já em Machadinho, no Rio Grande do Sul, “havia 22 casas de prostituição bem perto do canteiro de obra. O relato dos agricultores que moram ali perto é de que eles alugaram a terra deles para a Camargo Corrêa e a Camargo Corrêa construiu as casas de prostituição”.

PROSTITUIÇÃO EM ALTAMIRA

A situação não é diferente em Altamira, no Pará, onde o número de casas de prostituição aumentou com o início da construção da usina de Belo Monte. Em abril de 2012, pelo menos 8 novas casas de prostituição foram identificadas pela Agência Brasil¹¹, e o discurso sobre a situação das mulheres e dos clientes é semelhante. A maioria das mulheres é de fora de Altamira, e tem como objetivo juntar dinheiro, mas também conseguir emprego na usina. Já o perfil dos clientes é composto, majoritariamente, pelos trabalhadores da usina que se mostram “carentes” e em busca de “prazer rápido”. Como parte da ideologia da prostituição, se constrói um discurso de que esta é uma forma de aliviar o peso do trabalho intenso na construção, o que contribui para naturalizar esta prática.

Em 2013, o caso da Boate Xingu, em Altamira, no Pará, revelou uma rede de exploração sexual envolvendo o tráfico de pessoas e condições análogas à escravidão, a partir da denúncia de uma adolescente que conseguiu fugir do

9. Maria Laura Neves. Terra sem lei: prostituição, drogas e violência na maior obra do PAC. Disponível em: <http://migre.me/cXFw>

10. Entrevista realizada pela SOF com mulheres dirigentes do MAB em São Paulo, em 29 de outubro de 2013.

11. Pedro Peduzzi. Belo Monte: grande número de trabalhadores aumenta movimento nas casas de prostituição da região. Disponível em: <http://migre.me/cXFyX>

local. De acordo com o diagnóstico realizado por Oliveira e Pinho (2014), como parte de uma pesquisa sobre exploração sexual em Altamira¹², o esquema da boate Xingu é exemplar para compreender as dinâmicas da exploração sexual no entorno de obras de hidrelétricas. A maioria das pessoas prostituídas em Altamira não são da região, e sim de outras partes do estado, como Santarém. Segundo esta pesquisa, o proprietário da boate já organiza o negócio da exploração sexual vinculado à construção de hidrelétricas há anos, tendo passado por diversas localidades, do Sul ao Norte do país. As mulheres que estavam na boate Xingu foram traficadas desde Santa Catarina, outras que já passaram por outros estabelecimentos do proprietário em outras obras, como em Abdon Batista. A caracterização da rotatividade deste negócio tem a ver, segundo o diagnóstico, com os fluxos migratórios que relacionados com as grandes obras e a demora de ação do poder público para reprimir esta prática.

Duas características foram marcantes para configurar as condições análogas à escravidão na boate Xingu. A primeira foi a precariedade das condições de vida e trabalho, caracterizadas pelos quartos sem janelas ou ventilação, a ausência de energia elétrica no período da madrugada e início da manhã, quando a boate não estava funcionando, a proibição de saída do local e permanente vigilância, e os cadeados do lado de fora dos quartos. A segunda é o endividamento crescente das pessoas traficadas, começando pela “dívida do deslocamento” no valor de R\$1.300,00

para cada uma. Este valor havia sido combinado com a agenciadora em Santa Catarina, e as mulheres foram informadas da dívida ao chegar em Altamira. Além disso, a alimentação além do almoço e jantar, produtos de limpeza, e demais despesas como bebida, cigarros e estadias, eram anotadas e justificavam a retenção de um valor recebido por cada programa.

O depoimento das mulheres ilustra uma situação recorrente em casos de tráfico de pessoas, uma vez que “tais pessoas foram induzidas a acreditar num cenário de lucro econômico em curto prazo para aceitarem se deslocar ‘por livre e espontânea vontade’... de Joaçaba [SC] até Altamira” (Oliveira e Pinho 2014). Segundo estes autores, a liberdade e espontaneidade das mulheres foram manipuladas no contexto em que as vítimas se inseriam, pela promessa ilusória de ganhar cerca de R\$30.000,00 em 45 dias. Ao chegar na boate Xingu, foram informadas de que teriam que ficar por, pelo menos, seis meses.

O coordenador da pesquisa afirmou, em entrevista realizada pela SOF, que, após este caso, o esquema da exploração sexual no entorno das obras de Belo Monte se sofisticou, especialmente por meio de uma reorganização dos locais em que a prostituição acontece¹³. Antes da denúncia, as boates eram reconhecidamente os locais onde os clientes buscavam a prostituição. Após a denúncia, devido à intensificação da fiscalização, os proprietários das boates têm sido mais rigorosos em não permitir a entrada de menores e já não há quartos dentro das boates, de forma que o estabelecimento não se

12. A pesquisa de Oliveira e Pinho (2014) teve como objetivo investigar a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas a investigação considerou a situação de pessoas maiores de idade em situação de prostituição para possibilitar uma compreensão global das dinâmicas do mercado do sexo em Altamira.

13. A entrevista com Assis de Oliveira foi realizada em 1 de maio de 2014, na cidade de Altamira, Pará.

configure como casa de prostituição. Por outro lado, o número de bares, hotéis ou casas de massagem ampliou, assim como os contatos telefônicos para que a exploração sexual e a prostituição aconteçam nas casas ou cômodos alugados dos moradores dos bairros.

TRÁFICO DE MULHERES

Em âmbito mundial, a socióloga Saskia Sassen aponta que o tráfico de mulheres para a indústria do sexo gera cada vez mais lucros para quem dirige este comércio. O montante calculado pela ONU inclui tanto os recursos enviados pelas mulheres prostituídas inseridas neste circuito a seus países de origem, como o dinheiro dos organizadores e colaboradores do tráfico.

Só em 2005, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2,4 milhões de pessoas no mundo foram vítimas de tráfico. A maior parte (43%) foi explorada sexualmente. Ainda, segundo a OIT, o tráfico de seres humanos atinge anualmente lucro de cerca de US\$ 30 bilhões. Os países ricos são responsáveis pela metade desse valor.

O relatório Tráfico de Pessoas para a Europa para fins de Exploração Sexual, divulgado em 2010 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), revelou que só na Europa existem cerca de 140 mil mulheres vítimas do tráfico humano que servem àqueles que procuram o mercado da exploração sexual. Por ano também são feitas 70 mil novas vítimas do crime organizado para exploração sexual. A estimativa é que estas 140 mil mulheres traficadas, em condições de

servidão, façam, juntas, cerca de 50 milhões de programas sexuais por ano, representando a movimentação de cerca de 2,5 bilhões de euros. Estimativas internacionais apontam que há 40 milhões de pessoas em situação de prostituição em todo o mundo, sendo que 75% são mulheres na faixa etária dos 13 aos 25 anos e, 90% ligadas a cafetões¹⁴.

Os dados da Pestraf (Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes) indicam a existência, no Brasil, de 241 rotas de Tráfico Interno e Internacional de crianças e adolescentes e mulheres para fins de exploração sexual, sendo que os principais destinos são Europa (Espanha, Holanda, Itália e Portugal), passando pela América Latina (Paraguai, Suriname, Venezuela e República Dominicana). O Brasil também é país de destino para pessoas traficadas da Nigéria, China, Coreia, Bolívia, Peru e Paraguai.

De acordo com a Pestraf, o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para a exploração sexual é um fenômeno em expansão. Com a identificação das rotas do tráfico, no Brasil, a pesquisa mostra que existe uma relação concreta entre a pobreza das regiões e as rotas. O perfil dos aliciadores é composto majoritariamente por homens, ainda que também haja participação de mulheres (41%).

As mulheres estão entre as maiores vítimas do tráfico de pessoas para a exploração sexual, especialmente as jovens, entre 18 e 21 anos, solteiras e com baixa escolaridade. Muitas têm filhos e exercem atividades relativas a prestação de serviços domésticos ou ao comércio. O aliciamento dessas vítimas geralmente ocorre

14. Daniela Fernandes. Mais de 40 milhões se prostituem, diz estudo. Disponível em: <http://migre.me/cXFCg>

por meio de promessas de emprego, na área doméstica, para ser dançarina ou modelo por remunerações maiores.

Os motivos que impedem as mulheres de denunciar a situação são muitos, entre eles está o medo, já que o uso da violência (estupro, surras) e a ameaça contra a família é comum. Além disso, a vergonha, já que muitas mulheres que acabam em situações de tráfico migram sabendo que vão se prostituir. O que não é dito é que elas terão seus passaportes confiscados, que serão obrigadas a cumprir uma “carga horária” extensa e intensa e que, para suportá-la, serão induzidas ao uso de drogas, como álcool e cocaína.

Ainda que faltem dados, uma mostra importante da situação é dada pela publicação dos registros feitos a partir do número 180 criado pela SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres) especialmente para denúncias de violência. O número é nacional, mas também atende também Espanha, Itália e Portugal. No ano de 2012, de janeiro a outubro, o Ligue 180 recebeu 62 ligações procedentes do exterior, das quais 34% vindas da Espanha, 34% da Itália e 24% de Portugal. A maior parte dos atendimentos (35%) correspondia a relatos de violência, 4% ao tráfico de pessoas e 2% a cárcere privado. De acordo com a SPM, foi identificado um alto percentual (22%) de pedidos de informação relacionado ao sequestro internacional de crianças.

TURISMO SEXUAL

Saskia Sassen aponta o crescimento do setor do turismo e da indústria do entretenimento vinculado à indústria do

sexo, afirmando que, em muitos locais, estes setores são considerados uma estratégia de desenvolvimento. A autora afirma que instituições como o Banco Mundial concebem o turismo como meio de obter crescimento econômico em países pobres, outorgando empréstimos para o desenvolvimento deste setor. Assim, essas instituições contribuem para a criação de um marco institucional mais amplo que inclui a indústria do entretenimento que, indiretamente, fomenta o comércio sexual. No caso da Costa Rica, recomendada como exemplo a ser seguido pelos negócios verdes, diversas florestas foram convertidas em áreas de preservação e o deslocamento das comunidades empurrou as mulheres para a prostituição e o turismo sexual, que agrega valor ao turismo ecológico.

Dessa forma, as mulheres que estão na indústria do sexo se tornam um fator crucial para impulsionar a indústria do entretenimento e do turismo, gerando lucros para as empresas e divisas para os governos. Estas conexões são estruturais e não apenas um efeito colateral desta lógica de desenvolvimento econômico. Em algumas cidades brasileiras, o turismo é um dos principais setores econômicos, como por exemplo, Fortaleza, no Ceará. Não é possível estabelecer uma reflexão feminista sobre esta situação sem um questionamento à naturalização desta realidade que se relaciona, por um lado, ao modelo de sexualidade hegemônico e, por outro, a um mercado de trabalho que reserva certos tipos de empregos, precários e com baixos salários, para as mulheres.

A realidade mostra que o nordeste brasileiro continua sendo um dos principais destinos de quem procura sexo, sobretudo com menores. As redes do turismo sexual em Fortaleza envolvem especialmente meninas que chegam a fazer programa por 10 reais, um prato de comida ou em troca de drogas. A CPI da exploração sexual infantil na cidade demonstrou que a maioria das meninas nesta situação são pobres, negras e de famílias vulneráveis. A secretaria de turismo do Ceará apresenta uma estimativa de cerca de 980 mil turistas, somente na alta estação (entre dezembro e fevereiro) que geram uma receita direta de 1,6 bilhão de reais, além de um impacto de 2,8 bilhões na economia.

Existe um imaginário social construído sobre a imagem de cidades como Fortaleza, mas também em outras do Nordeste, como locais com uma base erótica muito forte, combinadas com um suposto apelo exótico das brasileiras que atrai os turistas. Somada à situação de desigualdade e pobreza, as meninas pobres viram alvo fácil das redes de aliciadores. Mas, não é apenas a pobreza que leva a essa circunstância. Chama a atenção o fato de que muitas meninas afirmam ter no horizonte a expectativa de conhecer um homem estrangeiro que a tire de sua realidade. Isso demonstra, por um lado, que a realidade da vida destas meninas não é satisfatória e por isso querem ir para longe e, por outro lado, que não figura no horizonte delas a perspectiva de construir suas vidas com base na autonomia, reforçando um modelo de mulheres dependentes dos homens.

Os circuitos da prostituição estabelecidos em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo contam com presença nos maiores sites de prostituição e turismo sexual para clientes anglófonos. Silva e Blanchette (2012) apontam que

De um total de 60.165 mensagens postadas nos fóruns que tratam do Brasil nesses sites, 34.303 (57%) referenciam o Rio e 5.427 (9%) São Paulo. Isto em comparação com 2.301 (3,8%) mensagens para todo o nordeste brasileiro. Da mesma maneira, o mais movimentado site de cliente da língua portuguesa contabilizou 139.916 mensagens sobre São Paulo e 23.758 sobre o Rio, em comparação com um total de 20.032 mensagens sobre o nordeste.

A PROSTITUIÇÃO COMO PARTE DO TURISMO DE NEGÓCIOS EM SÃO PAULO

De acordo com a SPTuris, a cidade de São Paulo concentra 75% do mercado brasileiro de feiras de negócios e gera receita de mais de 4 bilhões de reais ao ano com esse mercado, sendo o 12º destino do mundo para eventos internacionais. No município, é realizado um evento a cada seis minutos e uma feira de negócios a cada três dias.

A partir de uma observação no International Sex Guide, site dedicado ao turismo sexual, Silva (2011) afirma que a cidade tem ganhado destaque também como uma opção para o lazer sexual, pois os relatos de turistas sexuais assumidos abordam cada vez mais a cidade e suas opções de serviços sexuais. Boa parte

destes relatos provem de homens que chegam na cidade para reuniões e eventos de negócios. Mas, de acordo com membros da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a presença de turistas em casas de prostituição ou saunas tem a ver com as viagens de negócios e não com a existência de um mercado do sexo capaz de atrair os turistas sexuais.

Chama a atenção o fato de que os homens que estão em viagem de negócios têm o mercado do sexo como modalidade de lazer pressuposta durante sua estadia na cidade. Os “turistas de negócios” que usam a prostituição enquanto estão em São Paulo não são necessariamente estrangeiros. Em algumas casas de prostituição cujos programas tem um valor elevado, a época em que cresce a presença estrangeira é a da Fórmula 1. Em uma delas, as mulheres pagam 200 reais para entrar e, durante a Fórmula 1, aumenta o fluxo de mulheres que vem de outros estados.

A “ECONOMIA” DA PROSTITUIÇÃO – O CIRCUITO DA PROSTITUIÇÃO NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO

Para buscar uma aproximação ao circuito da prostituição em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, tomamos como referência a experiência do Gmel e da Pastoral da Mulher Marginalizada, e a etnografia realizada no texto “Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano”, de Silva e Blanchette (2011). Os autores buscam mapear as características econômicas da prostituição no

país, a partir de estudos realizados em zonas de prostituição no Rio de Janeiro.

As vozes escutadas no estudo de Silva e Blanchette afirmam que a prostituição não era a última possibilidade frente a miséria, mas uma “possível saída da miséria”, o que reforça, para nós, a percepção de que, se há uma escolha, ela é motivada mais pela necessidade frente as possibilidades colocadas, que por um suposto desejo ou busca de realização. Isso se confirma na afirmação das entrevistadas de que em um futuro próximo pretendem estar em outros setores da economia, saindo da situação de prostituição.

Este discurso é recorrente entre as mulheres em situação de prostituição, que afirmam não querer ter o registro em carteira caso haja regulamentação, tanto por ser vista como algo temporário, como pelos preconceitos contra elas¹⁵. Entre as mulheres do Gmel, a decisão de serem denominadas “mulheres em situação de prostituição”, e não “profissionais do sexo”, tem a ver com isso. Segundo elas, “nenhuma tinha a ideia de ficar na prostituição, era só naquele momento em que a situação está difícil e depois sair. Só que a coisa vira uma bola de neve e a gente vai ficando.”¹⁶

Para os autores, a cafetinagem não é estruturalmente significativa na prostituição urbana, mas a exploração se dá a partir dos insumos e meios de produção do ato sexual que geralmente não são controlados pelas mulheres e precisam ser comprados ou alugados. Entre estes meios de produção estaria o lugar onde encontrar o cliente e negociar os serviços

15. Edson Valente. Garotas de programa não querem registro na carteira de trabalho. Disponível em: <http://migre.me/cXFRJ>

16. Entrevista realizada pela SOF com o Gmel e a Pastoral da Mulher Marginalizada, em 31 de outubro de 2013.

sexuais, que pode ser virtual (site na internet ou central telefônica). Também são considerados insumos algum apoio relativo a segurança, ou roupas, bebidas, brinquedos, etc. Desta forma, a exploração não se daria pelo fato de um terceiro se apropriar de parte do valor do programa, mas pela dependência que as mulheres em situação de prostituição têm destes insumos. A linha divisória entre a cafetinagem e o agenciamento por meio do controle destes insumos e meios de produção é tênue e, na prática, a pesquisa expõe que as mulheres estão envolvidas em redes do mercado do sexo.

Rio de Janeiro

A pesquisa de Silva e Blanchette revelou 274 e visitou 52 pontos de prostituição (endereço ou região moral onde se realiza a venda de serviços sexuais) no Rio de Janeiro. Os autores categorizaram o sexo comercial na cidade enquanto tipos “fechados”, “abertos” ou “mistos”, e traçaram um perfil e o valor envolvido em cada um deles.

Os tipos fechados compreendem aqueles que têm pouca visibilidade frente a sociedade do entorno, como serviços de *call girl*, termas/boates, casas de massagem, prives e casas. Os autores identificam que os serviços de *call girl* ocultam as maiores taxas de exploração, pois as mulheres devem devolver 50% do programa para a agência e pagam uma taxa de até 500 reais por mês para fazer parte da mesma. Os preços cobrados por cinquenta e quatro agências, entre 2006 e 2008, variavam de 50 reais por hora (agência com número em um orelhão) e 300 reais por tempo indeterminado. Segundo esta pesquisa, os

motivos das mulheres se vincularem a agência é o anonimato e a flexibilidade. Já nas 48 termas e 20 boates identificadas, as mulheres não são consideradas funcionárias da casa, mas geralmente pagam multas de até 300 reais por dia que faltam. As termas e boates lucram com o dinheiro da entrada dos clientes, os comes e bebes e o aluguel de cabines e quartos.

O tipo misto é exemplificado pela discoteca *Help*, em Copacabana, espaço de negociação de serviços sexuais, majoritariamente frequentada por turistas, onde passam entre 200 e 1000 mulheres em situação de prostituição por dia. A discoteca lucra com a entrada na casa, cobrada dos clientes e das mulheres.

Os tipos considerados “abertos”, no Rio de Janeiro, são os pontos de rua e os bares/praias/restaurantes. Nos pontos de rua, há uma grande exposição à violência, seja pelos clientes, seja pela sociedade em geral. Entre os 14 pontos identificados pela pesquisa, no Rio de Janeiro, os valores variaram de 20 reais por meia hora, até 125 por noite.

São Paulo

Em São Paulo, também há uma diferenciação entre a prostituição nas ruas e nas casas. Muitas vezes, as mulheres que estão nas ruas já passaram pelas casas. O perfil das casas é de mulheres jovens, e nas ruas as mulheres estão chegando com 40 anos, indo até 70 anos. Muitas mulheres em situação de prostituição apresentam problemas de saúde mental, sendo que “algumas já chegam com esse problema e outras adquirem no processo”. Em São Paulo, as mulheres que estão nas ruas são extremamente pobres. Na região da praça

da Sé, muitas são moradoras de rua. No caso das casas, por mais pobres que as casas sejam, mantém o perfil de mulheres jovens.

Na rua, os clientes são trabalhadores assalariados e senhores aposentados, boa parte deles casados. Segundo o Gmel, eles ganham até R\$1500,00 e é um público que frequenta diferentes espaços: “o mesmo homem que você encontra em Santo Amaro, no outro dia está em São Bernardo”. O valor dos programas varia. O máximo, nas ruas, é no valor de 50 reais, quando é o programa “completo”, incluindo o cliente quiser. Na região da Luz, há mulheres que são usuárias de drogas e recebem R\$5,00. Lá, é o cliente que paga o hotel.

Além disso, há um padrão chamado de “vintão”, onde o preço é fixo de R\$20,00 por vinte minutos/meia hora. Em um dos edifícios mais conhecidos, no centro de São Paulo, são doze andares com um porteiro e vários proprietários de apartamentos, subdivididos. Um apartamento chega a ter 10 quartos, e as mulheres pagam, por período, R\$40,00. Mas além do quarto, elas pagam por tudo, até o lençol. Elas também pagam pelas refeições dentro do edifício, com um valor superfaturado. Em alguns casos, existe um controle sobre as mulheres, de entrada e saída.

O TURISMO SEXUAL DO CONTEXTO DA COPA DO MUNDO

Para refletir sobre o turismo sexual no contexto da Copa do Mundo, tomamos como referência as notícias e reportagens produzidas antes e durante o evento.

Antes, as notícias estavam mais vinculadas a exploração sexual infantil nos arredores

da construção dos estádios. A inauguração do primeiro estádio pronto para a Copa do Mundo, o Castelão, foi marcada pelas denúncias da exploração sexual de menores, em um contexto de extrema pobreza. A reportagem do UOL relatou casos de programas em troca de um prato de comida ou 10 reais e, ainda, em troca de acesso às drogas, como o crack. A rede da prostituição e do tráfico de drogas caminham juntas, e o poder público que investiu bilhões para a construção do estádio, não investiu o suficiente no combate à exploração sexual e na garantia de condições de vida dignas para a população do entorno, que não tem o direito a saúde, moradia, alimentação e educação assegurados. A realidade no entorno do Castelão se repetiu, também, nos arredores do Itaquerão, estádio construído em São Paulo.

Durante a realização do evento, muitas reportagens abordaram o turismo sexual, sobretudo o que envolve turistas com mais recursos, explicitando as dinâmicas e o envolvimento de atores como hotéis e agenciadores. O tema foi notícia não só no Brasil, mas também em outros países, como Espanha e França. Com o foco no turismo sexual, reportagens apontaram o Brasil como segundo destino para proxenetas e viajantes em busca do turismo sexual. Durante a Copa do Mundo, a prostituição aconteceu de forma explícita nas cidades-sede.

As abordagens sobre o tema carregavam uma naturalização da prostituição como parte das práticas nas cidades, o que esteve muito vinculado ao tratamento desta questão reduzindo à linguagem do mercado. Ou seja,

tratando a prostituição como um emprego qualquer, sem qualquer problematização.

A expectativa das mulheres em situação de prostituição de que a lucratividade seria significativamente maior com os turistas estrangeiros não se tornou realidade em grande parte das cidades. De acordo com o Observatório da Prostituição, no Rio de Janeiro, dos 279 pontos de prostituição estudados durante a copa, só 16, menos de 10%, demonstraram aumento.

É preciso sublinhar que há diferenças em se tratando da prostituição nas casas e da prostituição nas ruas. Em São Paulo, por exemplo, algumas casas apontaram um aumento do faturamento em 60%, enquanto houve uma redução expressiva na prostituição que se realiza na rua. Isso está relacionado tanto à própria dinâmica da prostituição, que concentra nas casas um perfil de mulheres mais jovens e uma ideia de maior proteção para os clientes, como também, e fundamentalmente no contexto da Copa, com a lógica de higienização das cidades. Para as mulheres em situação de prostituição na região da Luz, antes da Copa, não havia expectativa de aumentar a renda, pelo contrário, elas já apontavam a presença de agentes do Estado que atuavam para coibir sua presença, nesta lógica de higienização e de “proteção” aos turistas.

O ARGUMENTO DA “RACIONALIDADE ECONÔMICA” NATURALIZA A PROSTITUIÇÃO

Há uma naturalização da prostituição e a tentativa de considerar essa forma de

exploração e violência como um trabalho como outro qualquer. Essa é uma visão equivocada sobre a prostituição, uma vez que no capitalismo, há uma apropriação do produto do trabalho produzido com a energia da mão de obra. No caso da prostituição, o próprio corpo é apropriado e a alienação não se refere apenas ao processo de trabalho, e sim à própria sexualidade e subjetividade das mulheres prostituídas. Para Carole Pateman, “quando um homem participa do contrato da prostituição ele não está interessado em adquirir serviços descorporificados, sexualmente indiferentes; ele faz um contrato de aquisição do uso sexual de uma mulher por um dado período”.

A redução da prostituição a um emprego como outro qualquer usa como argumento a racionalidade econômica das mulheres, positivando a “escolha” das mulheres pela prostituição que proporciona uma remuneração maior que muitos outros empregos majoritariamente femininos, como o emprego doméstico ou o telemarketing. Escolher entre o “menos pior” para garantir as condições de vida não é uma referência para quem atua em nome da igualdade e da justiça social.

Além disso, a definição de racionalidade econômica tem como referência a perspectiva da economia neoclássica, questionada pela economia feminista por se basear em uma visão androcêntrica de que os indivíduos atuam de forma autônoma em um mercado que se auto-regula. Essa perspectiva não considera as relações e estruturas desiguais que organizam a economia e a forma como os grupos sociais estão posicionados nela.

A ATUALIDADE DO DEBATE SOBRE A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

Para refletir sobre a prostituição no Brasil, é importante ter em mente os números apresentados anteriormente, que dão conta do montante de recursos movimentados pela indústria do sexo e da conexão de circuitos da prostituição à realidade de pobreza e vulnerabilidade de meninas e mulheres. Mas, além disso, é necessário encarar o debate sobre o que existe de específico na opressão das mulheres, que a mantém não apenas em sua relação com o sistema capitalista, mas na desigualdade das relações entre homens e mulheres. Ao reduzir o debate à escolha das mulheres pautada por uma racionalidade econômica, se oculta uma das questões centrais que está em jogo nesta realidade, que são as configurações atuais do modelo de sexualidade hegemônico.

Ao lado de uma aparente permissividade no campo da sexualidade, há o crescimento do mercado da prostituição e da pornografia e o aumento do conservadorismo e o ataque ao direito das mulheres de decidir sobre seus corpos. A banalização da sexualidade envolve a proliferação da mercantilização do corpo na publicidade e na propaganda.

Sabemos que o patriarcado se estrutura a partir do controle dos homens, individual e coletivamente, sobre o trabalho, o corpo e a sexualidade das mulheres. A prostituição se insere nesses três tipos de controle e há uma ideologia que legitima sua prática. Quando

os corpos das mulheres estão à venda como mercadorias, se reafirma mais uma vez, e publicamente, a força do patriarcado.

A ideologia da prostituição, que tem como um elemento a tolerância com essa realidade, é outro aspecto a ser considerado. No Brasil, em 2011, frente à greve dos trabalhadores da usina de Jirau e Santo Antônio, o deputado federal e dirigente da Força Sindical, Paulo Pereira, exemplificou essa ideologia, ao proferir a seguinte frase, em reunião ministerial: *“Como é que bota na selva amazônica centenas de homens sem mulher? Era preciso ter bordéis nos canteiros de obras”*¹⁷. Tal ideologia é utilizada por setores de direita e de esquerda, o que se exemplifica, também no Brasil, pelos debates em torno do projeto de lei de regulamentação da prostituição. O PL 4211/2012 foi apresentado em julho de 2012 e tem como objetivo regulamentar a atividade dos profissionais do sexo. Por profissionais do sexo, o projeto compreende as pessoas maiores de “dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração”. Apesar de o texto utilizar uma linguagem inclusiva (o/a profissional do sexo), o PL não contém a palavra mulher/mulheres, que é mencionada, apenas uma vez, em uma citação do texto de justificativa do mesmo.

No Brasil, a legislação atual pune o agenciamento e os donos das casas de prostituição, e não as prostitutas. Desde 2002, o Ministério do Trabalho e Emprego incluiu

17. Paulinho da força e a prostituição para acabar com a grev. Diário Liberdade. Disponível em: <http://migre.me/nVgM6>

na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) a profissional do sexo e assegura o seu direito de contribuir para o INSS. Este projeto busca, portanto, a regulamentação dos agenciadores e a liberdade do mercado e dos clientes, e não a garantia dos direitos das mulheres¹⁸.

O ACESSO DOS HOMENS AOS CORPOS DAS MULHERES

A filósofa espanhola Ana de Miguel propõe que a prostituição não seja definida apenas pela troca de sexo por dinheiro, mas sim como “uma prática através da qual é garantido aos homens o acesso grupal e regrado ao corpo das mulheres”. É acessível, ainda que mediado pelo dinheiro, e regrado porque não é natural nem espontâneo, mas envolve uma série de normas conhecidas e respeitadas, desde a localização das mulheres até a negociação do preço para determinado “serviço” (Miguel, 2012, p. 60).

Também precisamos considerar que existem muitos atores envolvidos nos sistemas de prostituição: clientes, cafetões, conjuntos de homens e mulheres e até Estados. Isso significa que a prostituição não pode ser pensada só a partir de um comportamento individual, mas como uma instituição que está ancorada nas estruturas econômicas e nas mentalidades coletivas. Mas neste sistema, há um sigilo sobre o papel dos homens, tentativas de normatização das estruturas econômicas, e sobre as mulheres

em situação de prostituição recai o peso da estigmatização, desprezo e confinamento.

A realidade da prostituição é praticamente universal e se baseia na satisfação do desejo sexual dos homens em troca de uma quantia de dinheiro. Ana de Miguel questiona que, se as meninas são menores de idade ou se as mulheres estão envolvidas em uma rede de exploração sexual, isso não é um problema dos clientes. Para eles, importa apenas a satisfação de suas “necessidades” sexuais.

Os meios de comunicação estão implicados neste processo, seja pela forma como relatam a prostituição em ficções, seja pelo discurso apresentado na maioria das reportagens sobre o tema. Também reforçam o estereótipo de que o cliente é, muitas vezes, um homem carente, em busca de alguém que o escute para aliviar as pressões do cotidiano.

A filósofa afirma que, neste debate, a pergunta não deve ser se há pessoas dispostas a se prostituir, mas sim, “por que a maior parte das pessoas destinadas ao mercado da prostituição são mulheres?”. Ou, ainda, “como é possível que os homens obtenham prazer de pessoas que se encontram em uma situação explícita de inferioridade?”. Colocar os homens no debate é uma estratégia importante para sair de um discurso que faz parecer que as mulheres são o motivo pelo qual existe a prostituição. Além disso, contribui para visibilizar que as mulheres prostituídas não existem no vazio, mas sim na relação com uma outra pessoa. Neste caso, em uma relação inserida em uma sociedade marcada pela desigualdade e opressão das mulheres. ■

18. A crítica ao PL 4211/2012 foi sistematizada na cartilha “Prostituição: uma abordagem feminista”, publicada pela SOF em 2013.

ALINHAVANDO REFLEXÕES PARA SEGUIR O DEBATE

Este texto teve como objetivo abordar questões atuais no debate sobre a relação entre a dinâmica atual de avanço do capital sobre os territórios, o corpo e a vida das mulheres, especialmente no que se refere ao processo de mercantilização. Ao longo dos anos 2000, vivemos a expansão das relações de mercado a mais dimensões da vida humana. O processo permanente de cercamento das terras, que separa os e as trabalhadoras dos meios que garantem sua produção e sobrevivência, se ampliou. Essa mercantilização da natureza se intensifica pela busca, por parte dos mercados financeiros especulativos, de ativos reais (terra, água, minerais) para manter a confiança no sistema e se sustentar.

Uma primeira consideração que podemos fazer é que estas questões não são novas. Pelo contrário, a ofensiva do capital sobre os territórios, o trabalho e os corpos das mulheres é parte de sua lógica de acumulação.

Na América Latina, além das relações patriarcais, a sociedade se estruturou a partir do colonialismo, profundamente racista. Como parte da escravidão da população negra e extermínio indígena, as mulheres negras e indígenas tiveram seus corpos com frequência violados pelo estupro. Nossa história é contada como se as indígenas se oferecessem aos brancos, e ainda hoje o imaginário das mulheres negras

como hiper-sexualizadas é muito difundido. O que vemos, mais uma vez, é que na lógica de acumulação atual, que reduz o desenvolvimento ao crescimento, o corpo das mulheres amortece os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território.

É como se as mulheres estivessem disponíveis para o sistema, que não se apropria somente do produto de seu trabalho remunerado e não remunerado, mas também da própria origem da sua capacidade de trabalho, ou seja, dos seus corpos. Assim, para compreender a relação deste modelo com a vida das mulheres, buscamos identificar as práticas e o trabalho das mulheres de produção do viver em territórios impactados por grandes obras.

No caso da prostituição, verificamos que, ao se basear em grandes obras, o modelo brasileiro não tem a prostituição como um “efeito colateral” ou como, simplesmente, um impacto negativo do modelo na vida das mulheres. A prostituição é um instrumento destas políticas, o que se percebe com os fluxos migratórios femininos que acompanham os masculinos para trabalhar nas grandes obras. Muitas vezes, é incentivada pelas empresas, para amortecer a violência do sistema.

Mas, se por um lado toda a dinâmica da prostituição é parte desse modelo, a experiência das mulheres nestes territórios

comprovou que também há um incremento de outras expressões da violência contra as mulheres. Mais do que isso, que não podemos tratar essas dimensões de forma isolada. É preciso articular uma visão sobre a divisão sexual do trabalho, o empobrecimento das mulheres, as formas de controle do corpo e da sexualidade seja no âmbito do mercado seja no espaço doméstico, e a disputa pelo acesso aos bens comuns, como a água, que são fundamentais para a sustentabilidade da vida.

Buscando refletir sobre todas essas dimensões para construir uma crítica feminista ao atual modelo de desenvolvimento, chegamos a um questionamento à própria concepção de desenvolvimento. Sua base é problemática na medida em que se enquadra na lógica da acumulação capitalista, em uma ideia linear de progresso que, para se concretizar, atua de forma violenta sobre os territórios e modos de vida que, além de não se encaixarem em sua lógica, são considerados obstáculos para a acumulação.

As mulheres desempenham um papel central na resistência ao capital nos territórios, em defesa das terras onde vivem e produzem. Elas colocam questões para os movimentos sociais e também para o feminismo, articulando suas reivindicações em torno de uma perspectiva que reúne corpo e território. O

corpo é entendido como um território em disputa, assim como a terra, a natureza e os bens comuns. As mulheres também colocam na agenda a questão dos cuidados, e das formas como a apropriação do capital sobre os territórios afeta as relações e processos que garantem a produção do viver.

O feminismo demonstra que, hoje, a vida só é sustentada com a sobrecarga do trabalho não remunerado das mulheres, o cuidado da vida e da natureza. Trazer os cuidados para o debate político é uma estratégia para questionar a permanente disponibilidade que o sistema capitalista e patriarcal exige das mulheres. Ao propor recuperar a experiência das mulheres e dos povos que praticam a solidariedade, agroecologia e a reciprocidade como forma de produção do viver, a economia feminista avança na proposição de um outro paradigma de sustentabilidade da vida.

Ao colocar o trabalho das mulheres e a produção do viver no centro da agenda política e econômica, damos visibilidade à interdependência entre as esferas da produção e reprodução. O reconhecimento dessa interdependência é uma condição para que sejam construídas alternativas capazes de provocar transformações nas relações entre homens e mulheres, no sentido da construção de igualdade. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCHETTE, T; SILVA, A. "Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano". Rio de Janeiro, 2011.

CARRASCO, Cristina. "Introducción: Hacia una economía feminista". In: CARRASCO, Cristina (Org.) *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999
_____. "Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?". In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Histórico. Disponível em <<http://www.dnpm.gov.br/ba/conteudo.asp?IDSecao=314>> Acesso 7 de agosto de 2013.

DOSSIÊ DOS IMPACTOS E VIOLAÇÕES DA VALE NO MUNDO. Rio de Janeiro, 2010.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: *Desafios do livre mercado para o feminismo*. São Paulo: SOF, 2005.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. A trajetória das mulheres na luta contra o livre-comércio e pela construção de alternativas. In: SILVEIRA, Maria Lucia; TITO, Neuza (orgs) *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008

ELSON, Diane. *Social policy and Macroeconomic Performance. Integrating "the economic" and "the Social"*. Genebra: UNRISD, 2002.

ESTEVA, Gustavo. "Desenvolvimento". In: SACHS, Wolfgang. (Org.) *Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o Conhecimento como Poder*. Petrópolis. Editora Vozes, 2000. p.59-83.

MIGUEL, Ana de. La prostitución de mujeres, una escuela de desigualdad humana. *Revista Europea de Derechos Fundamentales*, número 19, 1º semestre de 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Plano Nacional de Mineração: geologia, mineração e transformação mineral. Brasília, maio de 2011.

OLIVEIRA, Assis; PINHO, Vilma (Coords). Relatório final do diagnóstico rápido participativo complementar: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira – PA. Altamira: UFPA, 2014. Disponível em: <<http://pair.ledes.net/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=1246>>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

- PLATAFORMA DHESCA. Violação dos direitos humanos nas Hidroelétricas do Rio Madeira. 2011.
- _____. Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. 2013.
- PATEMAN, Carole. *El contrato sexual*. Barcelona: Anthropos, 1995.
- PÉREZ, Amaia Orozco. *Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados*. Madrid: Consejo Económico y Social, 2006.
- PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (Org.) *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.
- RODRIGUEZ, Corina. "La cuestión del cuidado: ¿El eslabón perdido del análisis económico?" *Revista CEPAL* Nº 106, Abril 2012.
- SASSEN, Saskia. *Contrageografías de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Traficantes de Sueños, 2013.
- SILVA, Ana Paula. "Cosmopolitismo tropical": uma análise preliminar do turismo sexual internacional em São Paulo. In: PISCITELLI et al. *Gênero, sexo, amor e dinheiro. Mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. São Paulo: Unicamp, 2011.
- SOF. *Prostituição: uma abordagem feminista*. São Paulo: SOF, 2013.
- SOUZA, Edinilsa; MINAYO, Maria Cecília; CAVALCANTI, Fátima. O impacto do suicídio sobre a morbimortalidade da população de Itabira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup): 1333-1342, 2007
- TAULI-CORPUZ, Victoria. The globalisation of mining and its impact and challenges for women. *Third World Resurgence*, nº 93, mai. 1998
- UNODC. *Tráfico de Pessoas para a Europa para fins de Exploração Sexual*. 2010.
- ZABALA, Idoye. Un viaje a través del tiempo: 30 años de pensamiento económico feminista en torno al desarrollo. In: CARRASCO, Cristina (Org.) *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.



www.sof.org.br

Apoio:

